

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº \_\_\_\_\_/2022**

**DE 25 DE JULHO DE 2022**

“Institui o Código de Ética Parlamentar, a ser inserido no Regimento Interno da Câmara Municipal de Paulo Afonso, Bahia e dá outras providências “

A Mesa Diretora, após Aprovação do Plenário, Institui no âmbito Regimental desta Câmara Municipal de Paulo Afonso, a ser inserido como Capítulo, Títulos e Seções no Regimento Interno da Casa Legislativa Municipal o seguinte:

**CAPÍTULO**

**DO CÓDIGO DE ÉTICA**

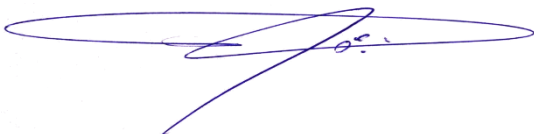
**SEÇÃO I**

**DOS DEVERES FUNDAMENTAIS**

**Art. 1º** – No exercício do mandato o Vereador atenderá as normativas da Constituição Federal e Estadual, das leis federais e estaduais, da Lei Orgânica municipal e deste Regimento Interno, sujeitando-se aos procedimentos e medidas disciplinares previstos nesta Resolução.

**Art. 2º** - São deveres fundamentais do vereador:

I – Expressar em cada ato seu a afirmação e a ampliação da liberdade entre os cidadãos, a defesa do Estado democrático de Direito, das garantias individuais e coletivas, dos Direitos Humanos, bem como lutar pela promoção do bem estar e pela eliminação das desigualdades sociais;



**II** – Pautar-se pela observância do protocolo ético discriminado neste código, como forma de valorização de uma atividade pública, valorizando sempre o bem comum;

**III** – Cumprir e zelar pelo cumprimento da Constituição Federal e Estadual, das Leis Federais e Estaduais, da Lei Orgânica do Município e deste Regimento;

**IV** – Contribuir para afirmação de uma cultura de paz, cujos valores não reproduzam, a qualquer título, quaisquer preconceitos de gênero, raça, cor, etnia, credo, orientação sexual, convicção filosófica ou ideológica;

**V** – Expressar suas opiniões políticas de maneira a permitir que o debate público, no Parlamento ou fora dele, supere progressivamente as unilateralidades dos diferentes pontos de vista e vise construir, em cada momento histórico, consensos fundados por procedimentos democráticos

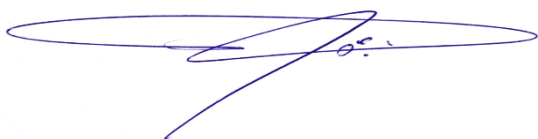
**VI** – Denunciar publicamente as atitudes lesivas a afirmação da cidadania, do desperdício do dinheiro público, dos privilégios pessoais e do corporativismo danoso ao bem ou administração pública e economia popular;

**VII** – Levar sempre em consideração nas tomadas de decisão o interesse legítimo do Município em detrimento de sua parcela de eleitores;

**VIII** – Exercer o mandato com dignidade e respeito a coisa pública e ao interesse público, agindo sempre com boa-fé, zelo, probidade e eficiência;

**IX** – Apresentar-se adequadamente trajado a Câmara durante as sessões, comparecendo pontualmente e permanecendo até o final dos trabalhos;

**X** – Tratar com decoro e independência os seus pares, as autoridades, os servidores da Câmara e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized 'S' shape with a horizontal line crossing it, followed by a small mark.

## **SEÇÃO II**

### **DAS VEDAÇÕES**

#### **Art. 3º – É expressamente vedado ao Vereador:**

I - Desde a expedição do diploma: a) Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária ou permissionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

II – Desde a posse:

a) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) Patrocinar causa em que seja interessada quaisquer das interessadas do inciso I, alínea “a”;

c) Exercer qualquer outro mandato público eletivo;

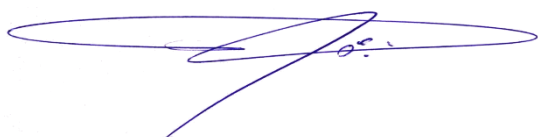
Parágrafo 1º - Consideram-se incluídas nas proibições previstas na alínea “a”, inciso I, “a” e “c” do inciso II, as pessoas jurídicas de direito privado controladas pelo poder público. Regimento Interno da Câmara Municipal de Paulo Afonso.

§ 2º - A proibição constante na alínea “a” do inciso I se estende para além do Vereador, compreendendo também o seu cônjuge, companheira, filhos, ascendentes e pessoas jurídicas por eles controladas direta ou indiretamente.

#### **Art. 4º - É ainda vedado ao vereador:**

I – Atribuir dotação orçamentaria, sob forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra rubrica, a entidades ou instituições das quais participe o Vereador, seu cônjuge ou parente, de um ou de outro, até o segundo grau, bem como pessoa jurídica direta ou indiretamente por eles controlada, ou ainda, que aplique recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente a suas finalidades estatutárias:

II – A celebração de contrato com instituição financeira controlada pelo poder público, incluídos nesta vedação além do Vereador, seu cônjuge ou



parente, de um ou de outro, até o segundo grau, bem como pessoa jurídica direta ou indiretamente por eles controlada.

III – Abuso do poder econômico decorrente do processo eleitoral.  
Parágrafo Único – É permitido ao vereador, movimentar contas e manter cheques especiais ou garantidos, e contratos de cláusulas uniformes, nas instituições financeiras referidas no inciso II.

### **SEÇÃO III**

#### **DOS ATOS CONTRÁRIOS A ÉTICA PARLAMENTAR**

Art. 5 - Constituem faltas contra a ética parlamentar de todo vereador no exercício do seu mandato:

I – Quanto as normas de conduta nas sessões de trabalho da câmara:

a) Utilizar-se, em seus pronunciamentos, de palavras ou expressões incompatíveis com a dignidade do cargo;

b) Desacatar ou praticar ofensas físicas ou morais, bem como dirigir palavras caluniosas ou injuriosas aos seus pares, aos membros da mesa diretora, do Plenário ou das comissões, ou a qualquer cidadão ou grupos de cidadãos.

c) Perturbar a boa ordem dos trabalhos em plenário ou nas demais atividades da Câmara;

d) Prejudicar ou dificultar o acesso a cidadãos a informações de interesse público ou sobre os trabalhos da Câmara;

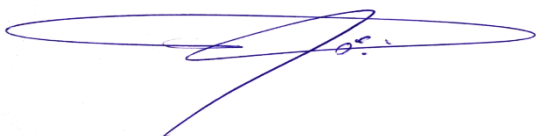
e) Acusar Vereador, no curso de discussão, ofendendo sua honorabilidade e decoro, com arguições inverídicas;

f) Atuar de forma negligente ou deixar de agir com diligência e probidade no desempenho de suas funções para as quais for designado, durante o mandato e em decorrência do mesmo;

g) Fraudar, por qualquer meio ou forma, o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar resultados deliberativos.

II – Quanto ao respeito à verdade, legalidade e probidade:

a) Fraudar votações;



- b) Deixar de zelar pela total transparência das decisões e atividades da Câmara ou dos Vereadores no exercício do seu mandato;
- c) Deixar de comunicar e denunciar, em Tribuna ou por meio cabível, todo e qualquer ato ilícito civil, penal ou administrativo, ocorrido no âmbito da administração pública, bem como casos de inobservância deste código e da Lei Orgânica, de que vier a tomar conhecimento.
- d) Utilizar-se de subterfúgio para reter ou dissimular informações a que estiver legalmente obrigado, particularmente na declaração de bens e renda.

### III – Quanto ao respeito aos recursos públicos:

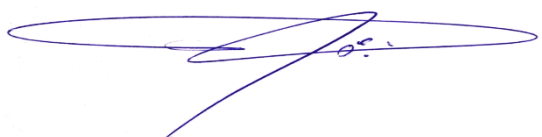
- a) Deixar de zelar pela proteção do patrimônio público Municipal e dos recursos público, objetivando sempre a eficiência e a eficácia em sua utilização;
- b) Manipular recursos do orçamento para beneficiar regiões de seu interesse, a contrassenso do Plano Diretor, de forma injustificada, ou de obstruir maliciosamente proposições de iniciativa de outro poder.

### IV – Quanto ao uso do poder inerente ao mandato:

- a) Obter favorecimento ou protecionismo na contratação de quaisquer serviços e obras para com a administração pública por pessoas, empresas ou grupos econômicos.
- b) Influenciar decisões no Executivo, na Câmara ou em outros órgãos da administração pública, afim de obter vantagens pessoais para sim ou para pessoas de seu relacionamento pessoal e político.
- c) Condicionar sua tomada de decisão ou seu voto a contrapartida pecuniária ou de quaisquer espécies, concedida pelos interessados direta ou indiretamente na decisão;
- d) Perceber, a quaisquer títulos, em proveito próprio ou de outrem, no exercício da atividade parlamentar, vantagens pecuniárias como: doação, cortesia, benefício ou pagamento, salvo os de inexpressivo valor econômico, bem como receber favorecimento econômico de empresas, grupo econômicos ou de autoridades públicas, condicionados a tomada de decisão, parecer ou voto.

## SEÇÃO IV

### DAS MEDIDAS DISCIPLINARES



Art. 6º - As penalidades aplicáveis às infrações a este Código de Ética serão as seguintes, em ordem crescente de gravidade:

I - Medidas Disciplinares:

- a) Censura pública verbal ou escrita, neste caso, com notificação ao partido político a que pertencer o Vereador advertido;
- b) Suspensão de prerrogativas regimentais, por prazo de 15 (quinze) a 60 (sessenta) dias;
- c) Suspensão temporária do mandato, por prazo de 15 (quinze) a 60 (sessenta) dias, sem direito ao subsídio;

II - Sanções:

- a) Destituição dos cargos parlamentares e administrativos que ocupe na Mesa e em Comissões;
- b) Perda do mandato.

Art. 7º - As penalidades serão aplicadas segundo a gravidade da infração cometida, observado o que determina a Lei Orgânica do Município e os dispositivos deste Código de Ética.

Art. 8º - A censura pública verbal será aplicada ao Vereador que deixar de observar dever contido nesta Resolução, quando não for o caso de aplicação de medida ou sanção mais grave.

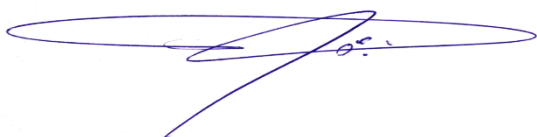
Art. 9º - A censura pública escrita, com notificação ao partido político a que pertencer o Vereador advertido, bem como a suspensão de prerrogativas regimentais será aplicada, quando não couber penalidade mais grave, a Vereador que:

I - Reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II - Praticar ato que infrinja dever contido no inciso nesta Resolução.

Art. 10 - A suspensão temporária do mandato por prazo de 15 (quinze) a 60 (sessenta) dias será aplicada, quando não couber penalidade mais grave, a Vereador que:

I - Reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;



II - Praticar ato que infrinja dever contido nesta Resolução.

Art. 11 - A destituição dos cargos parlamentares e administrativos que ocupe na Mesa e em Comissões será aplicada a Vereador que reincidir nas hipóteses do artigo antecedente ou que infringir disposição contida nesta Resolução, desde que não caiba penalidade mais grave.

Art. 12 - A perda do mandato será aplicada a Vereador:

I - Que infringir quaisquer das proibições estabelecidas neste Código;

II - Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - Que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença ou de missão oficial autorizada; ou a cinco sessões extraordinárias regularmente convocadas e assinadas pelo Vereador;

IV - Que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - Quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal

VI - Que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII - Que deixar de residir no Município;

VIII - Que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município.

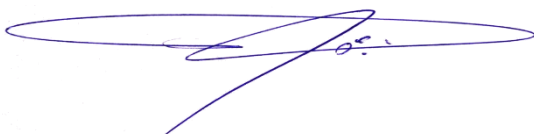
Parágrafo 1º - Nos casos dos incisos I, II, VI e VII, deste artigo, a perda do mandato será decidida por voto de dois terços dos membros da Câmara.

§ 2º - Nos casos dos incisos III, IV, V e VIII, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador.

## **SEÇÃO V**

### **DO CONSELHO DE ÉTICA**

Art. 13 - A Câmara elegerá seu Conselho de Ética, a cada início de ano, composto por 5 (cinco) Vereadores como membros titulares e 3 (três)



suplentes, observada a ordem da votação, com mandato de um ano, permitida uma reeleição consecutiva.

Paragrafo 1º - A eleição ocorrerá na segunda sessão ordinária de cada ano.

§ 2º - Cada Vereador poderá votar em até 5 (cinco) nomes, sagrando-se eleitos os mais votados.

§ 3º - Em caso de empate, será considerado eleito o de maior idade, prevalecendo o empate, o mais antigo na Casa.

§ 4º - Não poderá ser membro do Conselho de Ética o Vereador:

I - Submetido a processo disciplinar em curso, por ato atentatório ou incompatível com o decoro parlamentar;

II - Que tenha recebido, na legislatura, penalidade disciplinar de suspensão de prerrogativas regimentais, de suspensão temporária do exercício do mandato ou de destituição dos cargos parlamentares e administrativos que ocupe na Mesa e em Comissões, e da qual se tenha o competente registro nos anais ou arquivos da Casa.

§ 5º O recebimento de representação contra membro do Conselho de Ética, por infringência a preceitos estabelecidos neste Código, com prova inequívoca da verossimilhança do fato atribuído ao Vereador, constitui causa para seu imediato afastamento da função, por decisão do Conselho de Ética, devendo a medida perdurar até decisão final sobre o caso.

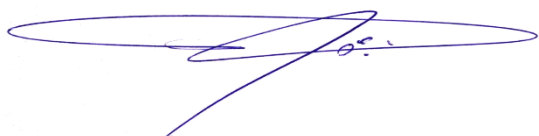
§ 6º - Perderá o mandato, o membro do Conselho que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três alternadas, sem justificativa admitida pelo Presidente do Conselho ou seu substituto.

§ 7º - Caberá ao Presidente do Conselho ou ao seu substituto convocar o Suplente, na ordem da eleição, para assumir a função, no caso de falta ou impedimento do Titular.

§ 8º - As reuniões do Conselho serão convocadas, pelo seu Presidente ou seu substituto, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Art.14 - Ao Conselho de Ética compete:

I - Eleger seu Presidente e seu Vice-Presidente, dentre seus membros, para mandatos de um ano;





II - Zelar pela observância dos preceitos deste Código, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar na Câmara Municipal de Vereadores;

III - Processar os representados nos casos e termos previstos neste Código, instaurando o processo disciplinar e procedendo a todos os atos necessários à sua instrução;

IV - Responder às consultas da Mesa, de comissões e de Vereadores sobre matérias de sua competência;

V - Organizar e manter o Sistema de Acompanhamento e Informações do Mandato Parlamentar. Parágrafo único - O Conselho de Ética só deliberará com a presença da maioria dos seus membros, somente sendo aprovada a matéria que obtiver a maioria dos votos dos presentes.

Art. 15 - O Conselho de Ética seguirá, no que for compatível, ao funcionamento e a organização de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das comissões da Casa, observando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições regimentais aplicáveis às comissões.

## SEÇÃO VI

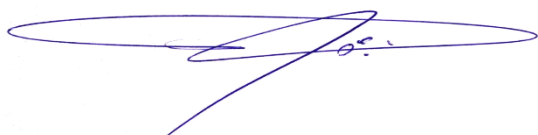
### DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 16 - Qualquer parlamentar pode representar, formalmente, perante o Presidente do Conselho de Ética, pelo descumprimento, por Vereador, de normas contidas neste Código de Ética.

Parágrafo único - O Conselho de Ética poderá instaurar procedimento investigatório preliminar, ao tomar conhecimento de fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar

Art.17 - Antes de receber a representação, o Presidente do Conselho de Ética, no prazo de 15 (quinze) dias, ouvirá o representado, por escrito ou verbalmente.

Art. 18 - O representado poderá acompanhar todo o processo em seus termos, sendo-lhe facultado constituir advogado para os atos de sua defesa.



Art. 19 - O Conselho de Ética escolherá, dentre seus membros, um Relator, que promoverá a apuração preliminar e sumária dos fatos, providenciando as diligências que entender necessárias e, em até 15 (quinze) dias, elaborará relatório prévio.

Parágrafo 1º - Não caracterizado o fato como infração ética ou ao decoro parlamentar ou não se apurando a autoria, caberá ao Conselho de Ética arquivar a representação.

§ 2º - Em caso de ofensa entre Parlamentares, será adotado procedimento especial, cabendo ao Conselho de Ética, ouvindo os envolvidos, homologar composição.

Art. 20 - O Conselho de Ética, analisando o relatório preliminar e considerando procedente a representação, notificará o representado para que, com a garantia dos princípios do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente sua defesa prévia, arrole testemunhas e requeira diligências.

Parágrafo único - A defesa prévia é uma faculdade do representado e sua ausência será registrada no parecer final do Conselho de Ética.

Art. 21 - Esgotado o prazo da defesa prévia, o Conselho conduzirá a instrução probatória, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhando o parecer final à Mesa para ser votado em 10 (dez) dias.

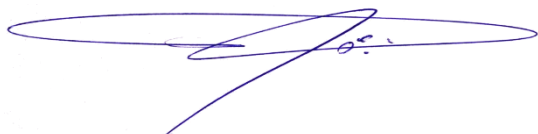
Parágrafo único - O prazo para a instrução probatória só poderá ser prorrogado, uma única vez, por até 15 (quinze) dias, justificadamente.

Art. 22 - O parecer final deverá conter o nome do representado, a disposição sucinta da representação e da defesa e a indicação dos motivos de fato e de direito, concluindo-o:

I - Com proposta de medida disciplinar ou sanção, indicando os artigos aplicados;

II - Pela inocência do Parlamentar, caso em que a Mesa, no prazo de 5 (cinco) dias, publicará o ato em sessão, cabendo recurso de qualquer Vereador, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a ser apreciado pelo Plenário, que deliberará, mantendo ou reformando o parecer final do Conselho de Ética, observado o disposto neste Código.

**Parágrafo único.** O recurso de que trata o inciso II, deste artigo, adotará a forma desta Resolução.



**Art. 23** - A Mesa, ao receber o parecer final do Conselho de Ética, nos termos do inciso I, do artigo anterior, conclusivo pela sua procedência e passível de imputação de uma das penas estipuladas neste Código, encaminhará, no prazo de 5 (cinco) dias, Projeto de Resolução, a ser submetido à votação do Plenário, na primeira Sessão Ordinária seguinte ao término do prazo da Mesa, como primeiro item da Ordem do Dia.

**Parágrafo Único** - Fica vedado o adiamento da discussão e votação da matéria, exigido o voto da maioria.

Art. 24 - A Mesa, ao receber o parecer final do Conselho de Ética, nos termos deste Código, conclusivo pela sua procedência e passível de imputação de uma das penas previstas nesta Resolução, encaminhará, no prazo de 5 (cinco) dias, Projeto de Resolução, a ser apreciado pelo Plenário, na primeira Sessão Ordinária seguinte ao término do prazo da Mesa, como primeiro item da Ordem do Dia, após o prazo aqui fixado.

**Parágrafo único** - Fica vedado o adiamento da discussão e votação da matéria, exigido, para sua aprovação, o voto:

I - Da maioria absoluta dos Vereadores, para a destituição de cargos parlamentares e administrativos que o Parlamentar ocupe na Mesa e em Comissões;

II - De dois terços dos Vereadores, para o caso de perda do mandato.

## SEÇÃO VII

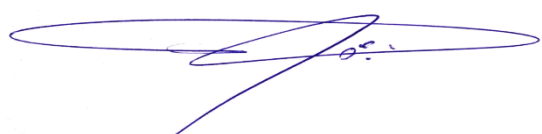
### DA CORREGEDORIA PARLAMENTAR

**Art. 25** - A Corregedoria Parlamentar constitui-se de um Corregedor e um Corregedor Substituto, sendo o Corregedor Parlamentar a pessoa do Vice-Presidente e o substituto eleito pela Mesa Diretora.

**Parágrafo único** - Compete ao Corregedor Substituto substituir o Corregedor Parlamentar em seus eventuais impedimentos.

**Art.26** - Compete ao Corregedor Parlamentar:

I - Auxiliar o Presidente na manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Câmara Municipal.



**II** - Dar cumprimento às determinações da mesa, referente à segurança interna e externa da casa.

**III** - Fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito da Câmara Municipal de Paulo Afonso, BA.

**Art. 27** - O Corregedor Parlamentar poderá, observados os preceitos regimentais e as orientações da mesa, baixar portarias no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

**Art. 28** - Caberá ainda ao Corregedor Parlamentar ou ao Corregedor Substituto, quando por este designado, presidir o processo disciplinar instaurado com base neste Código.

**Art. 29** – Esta Resolução entra em vigor na data da sua promulgação.

**Art. 20** – Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa Da Câmara Municipal de Paulo Afonso em 25 de Julho de 2022



**Ver. Pedro Macário Neto**

**-Presidente-**



**Ver. José Abel Souza**

**-Vice-Presidente-**

**Ver<sup>a</sup>. Lêda Maria Rocha Araújo Chaves**

**- Primeira Secretária-**



**Ver. Paulo Gomes de Queiroz Junior**

**- Segundo Secretário-**